

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aprendendo a aprender, sempre

Adriana Argenta

Sabem por que o cego prefere as pétalas da rosa e não as folhas, o talo ou os espinhos?... Pelo mesmo motivo que vocês que enxergam com os olhos: as pétalas são delicadas, perfumadas e não espetam. As pétalas, ao contrário dos espinhos, não nos machucam... (EDUARDO), ao ser questionado sobre a preferência de alguns cegos por estarem juntos com outros cegos e não com videntes.

Como as pétalas de uma rosa que caem uma a uma após o seu apogeu de beleza, cor e vida, meus objetivos iniciais como professora de sala de recursos caíram um a um frente as dificuldades pedagógicas e políticas enfrentadas por esse serviço.

Como o miolo da rosa que vive após a queda das pétalas, podendo, enfim crescer e recriar a vida, eu, educadora, precisei despir-me da arrogante prontidão do conhecimento, e eliminar velhos conceitos para, enfim, aprender a aprender.

Após quase uma década de trabalho em escolas especiais, classes especiais e clínicas, no estado do Rio Grande do Sul e santa Catarina, ingressei na rede regular de ensino, do município de Florianópolis, assumindo a implantação da sala de recursos- pólo- área visual¹, onde antes funcionava uma sala de recursos com características de apoio pedagógico, para os educandos com dificuldade de aprendizagem de uma escola do ensino fundamental.

Ao dispensar os 38 alunos do apoio pedagógico e iniciar o atendimento específico para 8 alunos cegos e baixa visão, vindos de outras unidades escolares, criou-se o primeiro problema enfrentado pela sala de recursos: parte do corpo docente da escola pólo resistiu as mudanças, pois visualizava apenas a ruptura de um serviço que lhes era conveniente e, até aquele momento, vinha dando suporte às suas necessidades, mascarando o fracasso escolar.

Superada essa dificuldade, iniciou-se um longo caminho de sucessos e fracassos, acertos e erros.

Pedagoga da Prefeitura Municipal de Florianópolis, atuando no Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas Deficientes Visuais. Especialista em Metodologia do Ensino.

Delimitei então, o objetivo primordial para o funcionamento eficiente da sala de recursos: formação sobre questões relacionadas a visão: funcionamento visual, conceito, classificação e causas da cegueira e da baixa visão, bem como os trabalhos pedagógicos realizados com os sujeitos considerados deficientes visuais. Como os cursos nessa área eram (e ainda são) escassos, busquei esse conhecimento através dos referenciais teóricos, também reduzidos: livros, revistas, folders, textos, filmes, documentários, relatos, enfim, qualquer material instrucional que pudesse ser utilizado como ferramenta na construção dos saberes necessários à prática pedagógica competente.

Um ano após, 1995, participei dos cursos de formação na área visual, aprendendo sobre a anatomia do olho e fisiologia da visão, estimulação visual, recursos ópticos e não ópticos, orientação e mobilidade, atividades da vida diária, Braille, sorobã e materiais didáticos adaptados.

Reverendo minha prática pedagógica, considero que o maior erro estava no meu conceito sobre a cegueira, que hoje considero distorcido, teorizado e não real, pois via o educando cego como um sujeito que necessitava superar os seus limites para apropriar-se dos conceitos trabalhados na escola, partindo do pressuposto de que os limites estavam no sujeito e não no sistema.

Ao supor que tinha uma boa formação na área visual (afinal tinha estudado com os melhores profissionais da área e pesquisado todo material bibliográfico disponível), tive a oportunidade de participar de uma oficina ambiente² e conhecer a criatura mais abominável da face da terra: Eduardo. Hoje um grande amigo, que ainda brinca com minhas dificuldades, que me questiona e me cobra, que me critica e me faz pensar.

Eduardo, um dos primeiros professores cegos com quem tive contato, oportunizou-me a mudança dessa concepção, rompendo com velhos paradigmas, sinalizando para a existência de valores, não valores novos, mas os mesmos valores que eu, equivocadamente, não ousava atribuir a toda a humanidade. Surpresa, verifiquei que o cego só era cego depois de ser humano, e triste, constatei que o trabalho mal organizado poderia eliminar a essência desse humano tornando-o uma mera sombra do que as suas potencialidades o permitiam.

Eduardo nasceu no interior do Rio Grande do Sul. Quinto filho de pais operários, pobres e negros, aos nove meses foi diagnosticado portador de Retinoblastoma, um tumor localizado na retina, bilateral em 25 a 30% dos casos, levando a cegueira. Aos oito anos de idade mudou-se, com a família, para a periferia da cidade de Porto Alegre onde, segundo ele, viveu os melhores dias de sua infância, pois ali “*todos são ninguém, todos são iguais*”. Com doze anos mudou-se para um conjunto

habitacional e passou a freqüentar uma instituição para cegos próxima a sua casa. Nessa instituição, Eduardo ingressou no que ele define como “mundo dos cegos idealizado por não cegos”: aprendeu o Braille, o sorobã, o uso da bengala e as atividades de auto- cuidados. Porém sempre questionou, de maneira incisiva e, às vezes rude, o “jeito” como essas áreas são trabalhadas pelos professores videntes.

Após o primeiro dia de oficina, sozinha no quarto, chorei e, francamente, questionei o trabalho que vinha realizando naqueles últimos meses. O desânimo tomou conta do meu corpo, da minha alma, do meu fazer pedagógico. Ao pensar em cada um dos meus já 17 alunos, a incerteza, a dúvida, o gosto amargo da incompetência fazia crescer a vontade de largar tudo e sair correndo. No entanto, naquela época já sabia que não havia para onde correr.

Na segunda etapa da oficina, onde só retornei por orgulho, Eduardo coordenava o grupo. E o fazia com tal clareza que nos levou a questionar qual era sua deficiência. Quem, de fato, apresentava deficiência ali? E o conceito da própria deficiência?

Ao retornar daquela oficina, meu maior objetivo era realizar um trabalho pedagógico que efetivamente subsidiasse o educando cego ou baixa visão, visando sua inclusão no ensino regular, para que ali, fazendo parte da diversidade deste espaço, acessasse aos conhecimentos historicamente produzidos e sistematizados pela humanidade. Essa prática iniciava pela apresentação e discussão do plano de trabalho com os educandos, quando lhes perguntava: “– O que vamos fazer hoje?”

No início eles hesitavam, ficavam surpresos com uma postura pedagógica desconhecida naquele espaço, afinal a professora era eu, eu planejava, eu avaliava, eu decidia. Então, diante de rostos incrédulos, eu acrescentava: – “Eu planejei essa atividade... porque ela vai nos ajudar a atingir esse objetivo... porque ele é importante para...” Aos poucos a “cara” do serviço foi mudando, eu e os educandos havíamos descoberto que não existe cegueira verbal, nem física, nem mental, sequer havia cegueira visual. Tudo não passava de limites, porém, não limites individuais dos alunos, mas sim limites sociais, passíveis de serem transformados.

Quando, aparentemente, parecia que tínhamos alcançado um equilíbrio onde todos participavam no processo de ensino aprendizagem, os ventos fortes, provocados pela mudança de governo, derrubaram a minha rosa.

A partir desse momento as dificuldades se multiplicaram...

De repente a coordenadoria responsável pelo serviço foi extinta. Sem referências objetivas, o estudo, as trocas, tudo entrou num longo recesso. Mantivemos algumas salas, perdemos outras. Tivemos grandes dificuldades em receber o que necessitávamos para efetivar nosso trabalho e começamos, aos

poucos, perder a vontade de lutar, passando a observar pacificamente as barbáries educacionais como a reprovação e a evasão, o que denunciava a nossa falta de competência pedagógica.

Tentar fazer uma educação de qualidade e ser patrulhado pelas sutis políticas de exclusão, devidamente encobertas pela máscara da inclusão, só não era pior que constatar que, ao me calar, também desempenhava esse papel.

E o tanto que havia aprendido? E o tanto que havia ensinado? E o quanto ainda havia para aprender e para ensinar? Onde guardar tudo isso? Como digerir esse amargo da impotência? Como explicar que as mãos estavam amarradas quando ajudara a dar os nós?

Simple: desamarrando os nós, se pondo entre o vento e a rosa, resgatando a dignidade do educador e aprendendo, aprendendo sempre.

Com este pensamento, infelizmente não compartilhado por todos, enfrentamos anos difíceis, onde atacamos e nos defendemos, mas, principalmente, onde aprendi que a sala de recursos é apenas um serviço dentro de um sistema e que **todo** o sistema precisa de análise e mudanças.

A percepção deste fato foi significativo para o amadurecimento de uma hipótese perversa: a existência de focos de sabotagens às transformações. Ao fornecer ao educando cego e baixa visão os meios para acessar, permanecer e concluir o ensino regular, apropriando-se, com criticidade, dos conhecimentos, as salas de recursos somam-se aos movimentos de luta pelo direito a cidadania.

Neste ponto, entramos na delicada discussão sobre as políticas de inclusão e o papel dos serviços existentes em educação para minimizar os efeitos das práticas de exclusão e segregação de grupos sociais vulneráveis, objetivando não apenas a inclusão escolar mas a inclusão social, conceito relativamente “jovem”, porém imprescindível para o entendimento das nuances que cercam o trabalho da sala de recursos.

Considerando a escola enquanto espaço de ensino-aprendizagem, onde os conceitos trabalhados devem estar, obrigatoriamente, associados a realidade social da comunidade escolar, percebe-se a importância não apenas da democratização dos conhecimentos acerca da inclusão, mas, também, a sua prática efetiva no fazer pedagógico.

Nesse contexto, as práticas do professor de sala de recursos vinculam-se diretamente às políticas organizativas da educação, tornando-se, muitas vezes, num trabalho solitário e vazio.

Uma a uma as pétalas da minha rosa caíram, porém o miolo permane-

cia lá, esperando para ser plantado e transformar-se em vida. Restava apenas definir como plantá-lo, como preparar a terra, como proteger as mudas, como fazê-las crescer e florir.

Pensando em minha rosa lembrei do quanto havia aprendido vivendo os fracassos e sucessos da sala de recursos, lembrei de Eduardo de, sua coragem, persistência e amizade, do amor que tem pela vida e da luta para que essa vida possa ser vivida com dignidade.

Ser pedagogo e fazer uma educação com qualidade e criticidade, nunca foi tarefa fácil na sociedade em que vivemos. Certamente continuará sendo um trabalho árduo, cercado por tristezas e alegrias, porém, necessário para que se promovam as transformações capazes de mudar essa realidade.

Após longos anos exercendo a função de professora de sala de recursos, finalmente aprendi que a maciez das pétalas da rosa não existiria sem a rudeza dos espinhos e, após caírem todas as pétalas, secam-se os espinhos e novas roseiras nascem.

Notas

- 1 Sala de Recursos: são salas equipadas com recursos e técnicas específicas para o atendimento ao aluno cego ou baixa visão, possibilitando os recursos necessários ao seu desenvolvimento.
- 2 Oficinas ambiente: denominação dada às salas organizadas por área, onde os grupos compostos por educadores, cegos e familiares circulam, realizando atividades específicas.

Recebido: 17/07/2002

Aprovado:07/09/2002

Adriana Argenta
Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas Deficientes Visuais
Av. Rio Branco, 1051
Florianópolis SC
E-mail a.argenta@zipmail.com.br